



# O Combate: o “Lampião da Esquina” contra a política sexual da ditadura empresarial-militar brasileira

Thiago Santos Silva<sup>1</sup>

Graduando em História (UESB)



<https://orcid.org/0009-0000-8050-0889>

Recebido em: 20 de janeiro de 2025

Aprovado em: 26 de fevereiro de 2025

## RESUMO

A história do movimento homossexual no Brasil é atravessada pela ditadura empresarial-militar no país. O regime autoritário censurava e reprimia tanto as sexualidades dissidentes quanto a livre organização da sociedade civil. Sob essa conjuntura política articularam-se vários grupos de militância homossexual, entre eles o jornal “Lampião da Esquina”, que esteve em circulação de 1978 até 1981. Observadas tais condições, a ideia central desta pesquisa é analisar como o referido jornal tensionou com a política sexual do Estado brasileiro ao passo que tornava públicas as lutas e debates dos movimentos que se organizavam para romper com os silêncios e as violências engendradas pelo regime e disputar a liberdade sexual não cis heteronormativa. Bem como, compreender o debate sobre o golpe e formulações teórico-metodológicas de análise.

## PALAVRAS-CHAVE

Ditadura Empresarial-Militar; Política sexual; “Lampião da Esquina”.

---

<sup>1</sup> Graduando do Curso de Licenciatura em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Membro do Laboratório de Estudos Marxistas (LEMarx). Contato: [thiagosasiv@gmail.com](mailto:thiagosasiv@gmail.com).



### Introdução

**E**ntre os anos de 1964 e 1980 no Brasil, surgiu um grande número de publicações da chamada Imprensa Alternativa ou Imprensa Nanica – fazendo referência ao tamanho das publicações – que se configuraram como uma forma de oposição à ditadura empresarial-militar, por se tratarem de veículos de comunicação de relativo fácil acesso e que se alinhavam com o desejo dos movimentos sociais que vinham opondo-se ao regime. Entre essas publicações, encontrava-se o *Lampião da Esquina*, que tinha como proposta desconstruir a visão sobre as pessoas homossexuais, tensionando com a moral e os bons costumes da sociedade brasileira.

Sobre essa conjuntura, para esta pesquisa<sup>2</sup> será central o objetivo de analisar como o *Jornal Lampião da Esquina* tensionou com a Política Sexual do Estado brasileiro na Ditadura empresarial-militar, ao passo que tornava públicas as lutas das pessoas do movimento homossexual organizado. Para a conjuntura de construção dessa análise serão utilizadas as edições nº 13 (junho de 1979), nº20 (janeiro de 1980) e bibliografias que dialoguem com a temática. Além disso, pretende-se compreender algumas categorias teóricas e metodológicas utilizadas, com base nas produções do campo dos estudos da ditadura e das sexualidades.

---

<sup>2</sup> Esta pesquisa, apresentada como comunicação em simpósio temático no evento “História nas Margens: Estudo de trajetória e narrativas dissidentes” faz parte de um esforço inicial. Posteriormente, tal pesquisa se transformará em uma monografia.



O referido jornal e sua criação tiveram como articuladores figuras da cena cultural carioca e paulista, como os jornalistas Adão Costa, Aguinaldo Silva, Antônio Chrysóstomo, Clóvis Marques, Francisco Bittencourt, Gasparino Damata e João Antônio Mascarenhas; o artista plástico Darcy Penteadó; o crítico de cinema Jean-Claude Bernardet; o escritor João Silvério Trevisan e o antropólogo Peter Fry.<sup>3</sup> O jornal esteve em circulação de abril de 1978 até julho de 1981, tendo 37 edições e 3 extras, e tratava-se de publicações mensais desde a edição nº 0, sendo que as publicações de nº 01 até a nº 04 são compostas por dois meses cada: nº 01 maio/junho de 1978; nº 02 junho/julho; nº 03 julho/agosto e a nº 04 agosto/setembro. Na edição nº 0 o mesmo só levava o nome de “Lampião”; somente na edição nº 01 é que o jornal passou a se chamar “Lampião da Esquina” por conta de sua editora a “Esquina Editorial”. O próprio nome “Lampião” não possui relação com o cangaço, mas é curioso por se tratar de um veículo de comunicação de homossexuais levando o nome de um cangaceiro e pode ter sido um jogo de marketing dos editores.

---

<sup>3</sup> QUINALHA, Renan. Lampião da Esquina na mira da ditadura hetero-militar de 1964. In: *cadernos pagu*, p. e216104, 2021, p. 03.



### A formação do golpe: entre a “moral e os bons costumes” e o setor empresarial

É natural que com as efemérides dos 60 anos do Golpe de 1964 o debate em torno do mesmo ganhe força dentro e fora do campo acadêmico, em especial levando em conta o contexto atual do cenário político brasileiro. Sobre essas circunstâncias, acredito ser válido dedicar esta sessão à discussão da temática da formação do golpe e da ditadura, em consonância com as produções do campo. A respeito disso, Yagoo Moura em seu artigo de 2024 “*Sessenta anos do Golpe de 1964: Balanço Historiográfico e perspectiva para novos estudos*”, lança luz sobre os trabalhos produzidos pela historiografia e as formulações teórico-metodológicas advindas no campo dos estudos do golpe e da ditadura. O autor aborda formulações interessantes, as quais me aproximo e acredito serem válidas.

Seguindo com as formulações de Moura, ele traz em um primeiro momento, o olhar e abordagem de Carlo Fico sobre as características do golpe e da ditadura. Fico se destaca fortemente no campo historiográfico da temática, justamente por ter se proposto a colocar uma visão teórica-metodológica sobre as formulações anteriores do campo.

Como bem elabora Moura, as interpretações de Fico são uma antítese a trabalhos historiográficos anteriores, como por exemplo o célebre livro de René Dreifuss, de 1981. Ao qual, embora Fico reconheça as formulações de Dreifuss, isto é, a comprovação empírica da atuação ativa do empresariado no processo de desestabilização para derrubar



o governo de Goulart e do regime liberal-democrático de 1946, há ainda no trabalho de Fico uma subestimação da participação do setor empresarial no golpe.<sup>4</sup>

Desse modo, há ainda outra limitação na análise de Fico que tenta minimizar o papel e a importância da Aliança para o Progresso no contexto que culminou na derrubada de Goulart, mencionando que foi “apenas uma reação momentânea”.<sup>5</sup>

A autora Martina Spohr (2016) fornece elementos fundamentais que contradizem Fico, ao entender que o programa da Aliança foi pensado desde sua criação como um estímulo à empresa privada através de fundos públicos disponibilizados pelo governo dos Estados Unidos. Em particular, essa entrada de capital norte-americano tinha como finalidade uma espécie de alinhamento pautado pela dependência econômica da América Latina.<sup>6</sup>

Fico também parte da interpretação de que a campanha de desestabilização não compõe o mesmo processo que o golpe. Pois a decisão para o desencadeamento deste teria vindo somente no segundo semestre de 1963 e antes desse momento as possibilidades estavam em aberto. O autor ainda atribui um caráter teológico aos que consideram que houve um golpe em preparação antes de 1963.<sup>7</sup> Para Moura, essas considerações de Fico

---

<sup>4</sup> MOURA, Yagoo. Sessenta anos do golpe de 1964: balanço historiográfico e perspectivas para novos estudos. In: *Germinal: marxismo e educação em debate*, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 147–166, 2024, p. 150. DOI: 10.9771/gmed.v16i1.59100. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/59100>. Acesso em: 31 dez. 2024.

<sup>5</sup> Fico, 2008, p. 40 *apud* Idem, 2024, p. 150.

<sup>6</sup> Gonçalves, 2016, p. 184 *apud* Idem, 2024, p. 151.

<sup>7</sup> Idem, 2024, p. 152.



nada têm a ver com a interpretação, de vasta documentação, de que existia sim, um processo sedicioso por setores politicamente organizados do empresariado, visão esta de Yagoo Moura<sup>8</sup> à qual compartilho.

Isto posto, entende-se aqui por processo de desestabilização as agendas organizadas e geridas pelos setores empresariais, que impulsionavam a sociedade civil para se organizar, criando frentes de tensões com as políticas reformistas do governo de João Goulart. Sobretudo, nesses grupos organizados preponderavam os ideais conservadores da sociedade brasileira, em particular aqueles pertencentes à burguesia e seus similares. Nessas organizações, essencialmente, era defendida e pautada a defesa da família nuclear heteronormativa, agindo em correlação com o rol da “moral e dos bons costumes”.

Assim, o processo de desestabilização é muito bem compreendido por Marlon Rodrigues Marques, em seu artigo de 2024, “*Empresários, senhoras, fardas e estolas: A campanha da classe dominante pelo golpe civil-militar de 1964*”, perspectiva a qual acho fundamental para se compreender a formação do golpe e as agendas de valores pautadas pela ditadura empresarial-militar em seu decorrer. Inicialmente o autor aborda o papel das Cruzadas do Rosário em Família, que deriva da atuação proselitista de seu fundador, o padre irlandês Patrick Peyton. “Em 1941, padre Peyton começou a publicizar a oração do rosário: conversava com seus fiéis, enviava cartas a bispos, padres e leigos sempre relatando que havia encontrado a cura de sua tuberculose através da oração [...]”<sup>9</sup> Em

---

<sup>8</sup> Idem, 2024, p. 152.

<sup>9</sup> Guisolphi, 2013, p. 58 *apud* MARQUES, Marlon Rodrigues. *Empresários, senhoras, fardas e estolas: a campanha da classe dominante pelo golpe civil-militar de 1964*. In: *Germinal: marxismo e educação em*



algumas dessas cartas continham pedidos para a realização de oração pedindo o fim da Segunda Guerra Mundial. Posteriormente, ao chegar o fim da Segunda Guerra:

[...] em 1945, o sacerdote passou a propagar a oração do rosário como forma de manter as famílias unidas. Foi nesse período que diversas dioceses dos Estados Unidos da América organizaram eventos para divulgar a oração do rosário aceitando o convite de padre Peyton. A profusão pública de padre Peyton alcançou níveis extraordinários no país graças a seus relacionamentos com a classe artística e o amplo patrocínio que recebeu de empresários de Wall Street e dos conglomerados de mídia norte-americanos como a Mutual Broadcasting System (MBS) e a rádio Billboard.<sup>10</sup>

A própria *Central Intelligence Agency* (CIA) e o governo americano enxergaram nesse movimento, com sua massiva adesão popular, uma oportunidade de perpetuar a ideologia anticomunista e combater o aumento dos movimentos de esquerda. Assim, em 1962 o padre Peyton chegou ao Brasil, em um contexto em que a sociedade se preparava para as eleições de governadores e deputados. Singularmente, tais eleições foram acompanhadas de perto pelos os Estados Unidos, pois viam no pleito a possibilidade de exercer alguma influência em nível estadual e parlamentar, que fossem favoráveis ao seu projetos, já que no executivo existiam barreiras.<sup>11</sup>

Sobretudo, nesse processo o complexo IPES/IBAD desempenhou um papel fundamental nas campanhas de outubro de 1962, como bem destaca a visão de René Dreifuss. Esse complexo destinou sólida assistência aos candidatos de centro-direita e da

---

debate, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 208–230, 2024, p. 209. DOI: 10.9771/gmed.v16i1.59082. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/59082>. Acesso em: 31 dez. 2024.

<sup>10</sup> GUI SOLPHI, 2013, p.59–63 *apud* Idem, 2024, p. 209.

<sup>11</sup> Idem, 2024, p. 210.



direita, esses auxílios financeiros chegavam até os candidatos de diversas maneiras, como espaço em jornais, materiais de propaganda e ajuda monetária. Outra importante característica era o envolvimento da elite orgânica que fornece amparo intelectual, como intervenção no Congresso e a elaboração de discursos.<sup>12</sup>

É mais do que evidente as ações articuladas pelo empresariado e a burguesia brasileira e norte americana para promover uma frente de desestabilização ao governo reformista de Goulart. E com esses setores eram alavancadas as organizações dos grupos conservadores como forma de oposição ao governo de Goulart, em especial grupos civis de mulheres – que pertenciam em grande parte a essa burguesia nacional – e setores do clero católico. As organizações como a União Cívica Feminina e as demais tinham em seus encontros um teor anticomunista e de proteção da família bem definido.

Foi através da ação complementar de cônjuges, familiares e clérigos que as mulheres da classe dominante puderam justificar sua atuação pública e política. Em outros termos, parcela dessas senhoras foram convencidas e estavam empenhadas a agir para defender seus valores familiares e cristãos. (SESTINI, 2008, p. 35). Esse processo de convencimento e de estruturação para ação foi em grande medida alimentado pela estrutura do IPES e seus similares. No entanto, o envolvimento direto de sacerdotes na orientação e direção dos grupos femininos contribuiu em ampla medida para instigar os valores cristãos e torná-los propulsores para intervenções políticas [...].<sup>13</sup>

Esses setores, principalmente os grupos femininos, estiveram correlacionados com a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que antes da sua realização houve um longo processo de maturação de ideias antidemocráticas alimentadas pela massiva

---

<sup>12</sup> Dreifuss, 1981, p. 329 *apud* Idem, 2024, p. 210.

<sup>13</sup> Idem, 2024, p. 217.



campanha de opinião pública, com enfoque nas classes médias e nas populações urbanas de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.<sup>14</sup> Portanto, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade e o processo de maturação anterior a ela, tinham uma explícita relação com a “moral e os bons costumes”, já existentes na sociedade brasileira, mas que assumiam uma nova forma de defesa e gerenciamento.

Assim, nesse ponto me propus a tratar – ainda que de maneira breve – de um período anterior à criação e circulação do Jornal Lampião da Esquina e, para isso, utilizei parte de produções que abrangessem e dialogassem, de um modo geral, com a historiografia do golpe. A finalidade dessa abordagem, em boa parte, é de me posicionar frente à linha teórico-metodológica que partilho, especialmente por utilizar o termo “empresarial-militar”. Haja vista que, utilizo essa abordagem atribuindo o caráter de classe ao golpe e à ditadura, compartilhando do arcabouço teórico e metodológico marxista, o qual também utilizo para a abordagem do debate sobre sexualidade.

Portanto, empregar o caráter de classes ao golpe e à ditadura, não tem em si a disposição de negar o papel dos militares e das parcelas civis no processo, mas sim um esforço de entender que a ditadura estava em serviço da acumulação do capital que não atua sem intermediários, e rigorosamente as Forças Armadas assumiam esse papel e, para melhor manejar e arbitrar os conflitos, detinham um caráter *relativamente autônomo*.<sup>15</sup>

---

<sup>14</sup> Ianni, 1975, p.130 *apud* Idem, 2024, p. 220

<sup>15</sup> Idem, 2024, p. 159.



Outra importante conclusão ressaltada ao decorrer desse ponto foi o caráter conservador do processo de desestabilização, ao qual relaciono diretamente com as agendas de valores da “moral e dos bons costumes” já existentes na sociedade brasileira, que se moldou nas características do período, durante e após a ditadura. Assim, é evidente os espaços de impedimento e opressão vivenciados por pessoas de sexualidades e gêneros dissidentes ao longo das décadas anteriores a 1960, em seu decorrer e também nas décadas futuras. Ainda em meio a essas opressões, principalmente no fim da década de 1970, pode se observar uma frente de organização de setores homossexuais que começava a produzir séries de boletins, jornais e organizações políticas para se posicionarem e deixar a imagem do “gueto” no passado, como bem evidencia a proposta do Lâmpião da Esquina em sua edição experimental:

Brasil, março de 1978, ventos favoráveis sopram no rumos de uma certa liberalização do quadro nacional: em ano eleitoral, a imprensa noticia promessas de um Executivo menos rígido, fala-se na criação de novos partidos, de anistia, uma investigação das alternativas propostas faz até com que se fareje uma 'abertura' do discurso brasileiro. Mas um jornal homossexual, para quê? [...] Nossa resposta, no entanto, é esta: é preciso dizer não ao gueto e, em consequência, sair dele. O que nos interessa é destruir a imagem-padrão que se faz do homossexual, segundo a qual ele é um ser que vive nas sombras, que prefere a noite, que encara a sua preferência sexual como uma espécie de maldição, que é dado aos ademanos e que sempre esbarra, em qualquer tentativa de se realizar mais amplamente enquanto ser humano, neste fator capital: seu sexo não é aquele que ele desejaria ter”.<sup>16</sup>

---

<sup>16</sup> “Homo eroticus: um ensaio de Darcy Penteadó” Lâmpião da Esquina, edição. nº 0, abril de 1978, p. 02. GRUPO DIGNIDADE. Lâmpião da Esquina (1978 - 1981). Disponível em: [https://cedoc.grupodignidade.org.br/jornal-lampiao-da-esquina-1978-1981/?perpage=12&vie13w\\_mode=cards&paged=1&order=ASC&orderby=date&fetch\\_only=thumbnail%2Ccreation\\_date%2Ctitle%2Cdescription&fetchonly\\_meta=](https://cedoc.grupodignidade.org.br/jornal-lampiao-da-esquina-1978-1981/?perpage=12&vie13w_mode=cards&paged=1&order=ASC&orderby=date&fetch_only=thumbnail%2Ccreation_date%2Ctitle%2Cdescription&fetchonly_meta=). Acesso em: 3 jan. 2025.



### A Política Sexual: o rol das repressões do regime e as contradições sistêmicas do capital

As movimentações ocorridas ao longo dos anos de desestabilizações, de cunho conservador, demarcavam, de certo modo, anseios já existentes na nossa história sociopolítica. Esses setores que capitanearam o golpe, particularmente os militares, não demoraram muito para mobilizar esses sentimentos reacionários para justificar e pautar ideologicamente<sup>17</sup> as suas agendas de valores. As quais permitiam a ordem de uma segurança nacional, o fim da ameaça consumista global e a garantia de uma ordem contra os subversivos políticos. Sob tal ótica, neste tópico analisaremos o debate de “Política Sexual” através dos trabalhos oriundos do Renan Quinalha – referência na abordagem da temática das homossexualidades no período da ditadura empresarial-militar.

Desse modo, é importante salientar que o rol das repressões contra normas das sexualidades e gêneros dissidentes não tem em si o início na ditadura, bem como a lógica da “moral e os bons costumes”. Contudo, a acentuada centralidade de poder de regimes autoritários, foi articulada com a estruturação de um aparelhamento repressivo em que o policiamento, a espionagem, a censura de propaganda e a polícia política, empreendiam medidas pautadas ideologicamente para uma “higiene” da sociedade brasileira contra normas dissidentes, ao modo que impelia para o gueto os setores homossexuais e travestis.

---

<sup>17</sup> QUINALHA, Renan Honório. *Contra a moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)*. 2017, p. 26. Universidade de São Paulo.



Assim, esse controle passa então a configurar-se como política sexual de repressão dentro do Estado brasileiro pós-golpe. Tal fator segundo Quinalha (2021) é confirmado através de documentações produzidas pelos próprios órgãos repressivos, tais como: as polícias políticas e judiciárias, comunidade de segurança, sistemas de espionagem e vigilância, órgãos de censura e de propaganda política. Esse “projeto repressivo global”, para Renan, não era centralizado através de um único órgão e, portanto, desafiava a harmonia dos órgãos repressivos que minava o ideal de uma instituição pública e monolítica dotada de uma lógica repressiva unitária e coerente. No caso das repressões às sexualidades dissidentes essa característica potencializou a relação intrínseca entre moral e política.<sup>18</sup>

De modo geral, a política sexual do regime era pautada em torno das agendas e relações conservadoras, que sobre as estruturas administrativas da ditadura eram institucionalizadas. O Lampião da Esquina, tinha em si uma postura de tensionamento com essa lógica do regime, como pode-se observar em um ensaio – que me parece<sup>19</sup> ter autoria de Newton Martinez Cunã – publicado na edição número 13 de junho de 1979:

Tanto a “moral” quanto os “bons costumes” – de conceituação altamente abstrata – nasceram e se desenvolveram ao longo das civilização humana em função de claros objetivos econômicos. Reduzindo-se essas abstrações a números e modo de produção, e fazendo-se uma análise objetiva de como

---

<sup>18</sup> Idem, 2021, p. 36.

<sup>19</sup> Na sessão da edição que contém o texto, em seu final consta o nome de Newton Martinez Cunã, mas não há uma explicação explícita se foi ele mesmo que escreveu a sessão.



evoluíram, a conclusão é simples: moral e bons costumes são fluidos; adquirem a forma da sociedade que os contém.<sup>20</sup>

Cabe ainda ressaltar, que durante todo o ensaio, nas páginas do Lâmpião, fica clara a assimilação que o jornal e o autor do ensaio atribuem à “moral” e aos “bons costumes”. O ensaio atribui ambas como só existem na parcela social da classe média, bem como tratavam-se de temas políticos e, portanto, econômicos. Acho factual notar que, em primeiro lugar, o ensaio salienta que ambas as categorias são gerenciadas à medida de seu tempo histórico, sendo moldadas conforme os interesses econômicos que uma sociedade pretendesse defender ou adquirir. Assim, fica claro o seu tensionamento com a forma como a ditadura empresarial-militar ideologicamente pautava essas agendas de maneira institucionalizada, como pode se constatar: “No Brasil de hoje – tão contraditório – temos uma clara posição. Uma censura moribunda, baseada num código de moral e bons costumes arcaicos, agride aparentemente a ‘liberdade de expressão’ de uma minoria”.<sup>21</sup>

E em segundo, a perspectiva atribuída no ensaio, no que diz respeito às pautas conservadoras sendo encabeçadas pela classe média, perspectiva a qual me parece um tanto quanto equivocada. Se tanto a “moral” quanto os “bons costumes” estão em função de claros objetivos econômicos, elas propriamente estão sendo gerenciadas por uma classe dominante da sociedade, que por hora também domina a classe média. Logicamente, a classe média tem seu papel nesse complexo gerenciador de agendas conservadoras, afinal

---

<sup>20</sup> “De sodomia a auschwitz: matança dos Homossexuais” Lâmpião da Esquina, edição. nº 13, junho de 1979, p. 16.

<sup>21</sup> Idem, ed, nº 13, 1979, p. 16)



é com ela que a classe proletária<sup>22</sup> tem em si a maior interação direta dentro do sistema do capital.

Fundamentalmente, existia ainda uma outra premissa na repressão contra os homossexuais. De maneira distinta do que ocorria com os subversivos da luta armada, as pessoas homossexuais não eram eliminadas fisicamente, de maneira geral. O objetivo contra essa parcela marginalizada era de um saneamento moral e uma higienização social, o que impunha um disciplinamento das sexualidades e gêneros dissidentes, pensando sua normalização com base nos valores conservadores irradiados pelo regime e expulsando esses segmentos dos espaços públicos com a finalidade de impedir a sua saída do gueto e sua chegada em funções políticas, como exemplo.<sup>23</sup> Desse modo, a política sexual empreendida pela ditadura, tinham uma definida finalidade objetiva, que:

[...] não era exterminar fisicamente esses grupos vulneráveis do mesmo modo como se fez com a subversão política e a luta armada. Antes, o objetivo era reforçar o estigma contra os homossexuais, dessexualizar o espaço público expulsando esses segmentos e impelir, para o âmbito privado, as relações entre pessoas do mesmo sexo. A função da ditadura era atirar, para a invisibilidade, corpos e coletivos que insistiam em reivindicar o reconhecimento de seus direitos e liberdades.<sup>24</sup>

---

<sup>22</sup> É preciso que haja esse entendimento de analisar a comunidade LGBTQIA+ (uso a terminologia contemporânea para abranger um todo nesta nota) como sujeitos sociais, pertencentes também a uma classe social, e em sua maioria pertencentes à classe proletária. Esforço o qual, como os novos debates e teóricos, a tradição marxista vem se redimindo, haja vista que parcelas dessa tradição viam (e alguns poucos ainda veem) essa temática como algo menor e menos palpável na realidade social e no debate marxista.

<sup>23</sup> QUINALHA, Renan Honório. *Contra a moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)*. 2017, p. 173. Universidade de São Paulo.

<sup>24</sup> Idem, 2021, p. 33.



Seguindo essa linha, uma das principais atuações políticas do regime que buscava essa higienização social eram as operações de “rondões”, as quais atingiam mais claramente os homossexuais e travestis das classes populares. Os “rondões” funcionavam como operações de limpeza, um vetor com um claro recorte de classe a ser atingido. Portanto, essa política tinha por objetivo limpar as ruas e a área central da presença de prostitutas, travestis e pessoas homossexuais, realizando batidas em lugares frequentados por esses segmentos, principalmente as travestis, que eram levadas para a averiguação e muitas das vezes se automutilavam para garantir a sua libertação da delegacia. A respeito das implicações que essas políticas, “Segundo Ocanha, [...] acirrou o clima de medo sobre os segmentos LGBTs, já que a repressão por meio do policiamento ostensivo era certa e não tinha data para acabar”.<sup>25</sup> Cabe ressaltar que em 13 de junho do ano de 1980, foi realizada em São Paulo uma manifestação contra as políticas de limpeza lideradas por José Wilson Richetti; tal movimentação contava com a presença de grupos homossexuais organizados, como o grupo Somos, além de movimentos feministas e do movimento negro.

Na visão analítica aqui atribuída, compreende-se que os tensionamentos do Lamião com essas políticas são claros quando o mesmo, debatia abertamente para desconstruir a figura padrão do homossexual no gueto. Além disso, quando tornava públicas as lutas de movimentos organizados, como o Grupo “Somos” e encontros de homossexuais, bem como quando denunciava assassinatos e perseguições de

---

<sup>25</sup> 2014, p. 163 *apud* BRITO, Alexandre Magno Maciel Costa e. O lamião da esquina: uma voz homossexual no Brasil em tempos de fúria (1978-1981). Brasília, 2016, p. 18-19.



homossexuais. Ao mesmo tempo em que deixava clara sua posição frente ao regime político e à inicial abertura, ao afirmar que: “O que é certo é que vai se verificar no Brasil - porque tem que ser assim - uma abertura nos planos político e econômico e um conseqüente fechamento no campo moral”.<sup>26</sup>

Vale também acentuar que, o contexto histórico em que se iniciou a ditadura empresarial-militar, ou seja, a década de 1960, contém movimentações no sentido global em relação às mudanças das expressões corporais e morais, as quais muitas vezes são compreendidas como “revolução sexual”. Essas mudanças aconteciam em um contexto de expansão global do capital, que obviamente também lançava sua mão no contexto brasileiro. Nesse sentido, há um avanço na tradição marxista de compreender esse período, sobretudo pelo olhar da Teoria da Reprodução Social (TRS), que vem ganhando força no Brasil pela chegada da obra, “*Teoria da Reprodução Social: remapear a classe, recentralizar a opressão*”, organizada pela historiadora indiana Tithi Bhattacharya e impulsionada por uma série de intelectuais<sup>27</sup> feministas marxistas.

---

<sup>26</sup> “De sodomia a auschwitz: matança dos Homossexuais” *Lampião da Esquina*, edição. nº 13, junho de 1979, p. 16.

<sup>27</sup> Recomendo a leitura de Barbara Araujo Machado em “A Teoria da Reprodução Social como um modo de pensar dialético” disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/57562>. Acesso em: 2 jan. 2025. E de Rayane Noronha Oliveira, em “Diálogos feministas a partir da Teoria da Reprodução Social: por uma concepção unitária de classe, gênero, raça e sexualidade” disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/57580>. Acesso em: 2 jan. 2025. Bem como a leitura da organização de Bhattacharya.



Nesse sentido, compartilho da visão de Alan Sears ao analisar a reprodução social das sexualidades no capitalismo – *“Política do corpo: a reprodução social das sexualidades”*, na obra de organização de Bhattacharya – principalmente analisando os limites dessa chamada “revolução sexual”. Desse modo,

A visão limitada da liberdade sexual, difundida pela chamada revolução sexual, está fundamentada nas relações de trabalho “livre” sob o capitalismo. Os membros da classe trabalhadora são livres porque possuem o próprio corpo, mas estão sujeitos à compulsão sistêmica, pois precisam vender sua capacidade de trabalhar para obter acesso a requisitos básicos de subsistência. A combinação de consentimento e compulsão, subjacente às relações trabalhistas básicas no capitalismo, também submete as realidades da liberdade sexual aos limites desse sistema”.<sup>28</sup>

Podemos então compreender que, o controle e as expressões das sexualidades nas sociedades capitalistas são refletidas e moldadas através de impulsos contraditórios entre as relações Capital/Trabalho. Assim, os paradoxos das sexualidades no capital estão envolvidos em uma constante contradição sistêmica entre liberdade e repressão e, portanto, “Temos de ser despojados de nosso controle sobre nosso corpo para cumprir os requisitos de exploração, por meio da venda de nossa capacidade de trabalhar, por menos do que o valor do que produzimos”.<sup>29</sup>

Porventura, o capitalismo preparou o terreno para o surgimento de novas liberdades para a expressão das sexualidades e gêneros, mas combinando formas subjacentes de liberdade e compulsão. Nesse sentido, as premissas de uma liberdade, ou

---

<sup>28</sup> SEARS, Alan. *Política do Corpo: a reprodução social das sexualidades*. In: Bhattacharya, Tithi. *Teoria da reprodução social: Remapear a classe, recentralizar a opressão*. Editora Elefante, 2023, p. 248.

<sup>29</sup> Idem, 2023, p. 253



“revolução sexual” estão baseadas no trabalho “livre” e, por consequência, essa liberdade está interligada e submetida às contradições sistêmicas do capital.

Desse modo, o surgimento de um movimento político homossexual no Brasil, segundo Green (2014)<sup>30</sup>, foi amplamente inviabilizado e atrasado pela ditadura. Somente após 1977 é que grupos de gays e lésbicas tiveram espaço para se organizarem. Nessa conjuntura, no ano de 1979 no Rio de Janeiro ocorreu o primeiro encontro nacional desse segmento, com a presença de 60 pessoas, o qual o Jornal Lâmpião da Esquina tornou público em sua edição número 20 de janeiro de 1980. Sobre o encontro na edição:

Muitas pessoas estão curiosas, querem saber sobre a finalidade desse encontro. A Idéia surgiu pela primeira vez numa das reuniões de pauta deste jornal. Os lampiônicos a e os membros do Grupo Somos/ RJ presentes a essa reunião decidiram que tinha chegado a hora de se fazer uma tentativa de organizar e expor o conjunto de pontos de vista e de ideias que começa a tomar corpo como resultado do nascimento de grupos de ativistas homossexuais por todo o Brasil. E quisemos fazer isso antes que se encerrasse a década de 70, isto é, como uma homenagem aos anos, que marcaram o início da luta das minorias oprimidas e, especificamente, da política do corpo.<sup>31</sup>

É evidenciado, através desse trecho, que havia uma curiosidade sobre por qual pretexto esses grupos de pessoas marginalizadas estavam se reunindo, bem como demonstra como os finais da década de 1970 foram consideravelmente qualitativos para os movimentos e pessoas homossexuais. Em particular havia uma busca de consolidação

---

<sup>30</sup> GREEN, James Naylor. O grupo Somos, a esquerda e a resistência à ditadura. In: *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e busca da verdade*. São Paulo, EdUFSCar, p. 177-200, 2014.

<sup>31</sup> “Aconteceu no Rio: encontro nacional do povo gay”. Lâmpião da Esquina, edição. nº 20, janeiro de 1980, p. 07.



de um movimento revolucionário coeso e potente para se articular frentes de tensionamento, como pode-se observar:

*Desta vez, pela primeira vez, um movimento revolucionário não está adotando os maneirismos reacionários para poder sobreviver. Ele fala sua própria linguagem, continua vivendo dentro de seus costumes e, à medida que lhe é aberto um espaço, ocupa-o com sua presença, sem se mascarar do que não é e sem negar a essência de sua natureza. Isso está acontecendo com os movimentos dos negros, das mulheres e agora dos homossexuais. Será portanto muito difícil combater tais movimentos - seus argumentos e suas rmas [?] pertencem a um universo novo e desconhecido do sistema, que ele não consegue caricaturar (grifos meus).<sup>32</sup>*

A edição número 20 é ainda a grande responsável pelo debate da sessão “Ativismo” dentro das páginas do *Lampião da Esquina*. Essencialmente ela demarca seu início com essa matéria sobre o encontro Nacional desses grupos – “No Rio, o Encontro Nacional do Povo Guei” – mostrando quais foram as iniciativas e perspectivas para esse movimento. A respeito disso,

Ser protagonista nas tramas dramáticas do movimento político guei se tornava uma constante reivindicação do *Lampião*, pois à medida que coletivos homossexuais e suas tensões – que consideramos parte do processo do fazer política – se acentuavam, comumente o jornal expunha suas opiniões políticas como se tentasse balizar as demais ou avocar para si a melhor das narrativas ou dos modos de fazer política. A análise da seção *Ativismo* permite compreender a visão do jornal acerca do movimento homossexual e expõe alguns momentos de conflitos sobre os rumos que este deveria tomar. Documentado, frequentemente, de maneira quase exclusiva pelo jornal, é possível identificar que o *Lampião da Esquina* desde o início se manteve próximo às articulações políticas entre os homossexuais, cobrindo diferentes espaços organizativos.<sup>33</sup>

<sup>32</sup> Idem, edição. nº 20, janeiro de 1980, p. 07.

<sup>33</sup> SOBRAL, Thasio Fernandes. *Movimentos homossexuais no jornal Lampião da Esquina (1978-1981)*. Salvador, 2021, p. 114.



Como bem evidencia Sobral, o jornal demonstrava suas opiniões políticas como se tentasse tomar para si as melhores narrativas. Isto posto, vale destacar que o fim do jornal em 1981 é fruto de debates acerca do que havia levado o seu fim, mesmo alguns de seus editores já terem dito publicamente sobre as condições de limitações encontradas, entre elas financeiras, a perda de uma inicial “fama” da imprensa alternativa – ainda mais se tratando de um jornal gay – para a mídia hegemônica, que via na abordagem desse debate frutos lucrativos, em geral pelo avanço das relações capitalistas e do novo poder aquisitivo que esses grupos marginalizados vinham conquistando.

### Considerações parciais

Ao longo desta pesquisa foi proposto em um primeiro momento a tratar de uma abordagem mais historiográfica, dialogando com o rol das normas conservadoras que moldavam o sistema de desestabilização do governo de Goulart. Mesmo que seja de um período anterior à circulação do *Lampião da Esquina*, esse processo demonstra como se pode compreender as agendas de valores da ditadura, que pautava políticas sexuais para impelir esses setores marginalizados.

Na mesma linha, foi utilizado o arcabouço teórico marxista para a abordagem da temática, tanto da formação do golpe quanto da reprodução social das sexualidades no sistema capitalista, com o olhar da Teoria da Reprodução Social, a qual demonstra as



contradições subjacentes entre liberdade e opressão dentro do capital, essencialmente na reprodução da sexualidade e do trabalhador.

Desta maneira, também busquei debater a política sexual na ditadura empresarial-militar e o tensionamento do *Lampião da Esquina* com essa política – ponto central do trabalho. Portanto, é evidente que a ditadura empresarial-militar se empenhou na repressão e perseguição de segmentos homossexuais, podemos afirmar, assim, que o regime detinha uma expressiva política sexual, pautada na moral e nos bons costumes. Essas políticas tinham por finalidade afastar para o âmbito do “gueto” as sexualidades dissidentes, bem como as dissidências de gênero não cisnormativo. E também como cerne, gerenciar e governar manifestações que eram vistas como perversões ou ataques contra a moral e os bons costumes do padrão conservador de família heteronormativa.

Ao modo em que, por meio de seus aparatos ideológicos, a ditadura modulou uma série de discursos que legitimavam a repressão contra pessoas e agendas que fugissem dessa norma hegemônica. Assim, o *Lampião da Esquina* colocou-se na arena de disputa de oposição com essas políticas, ao passo que tornava públicas as lutas do movimento homossexual organizado, mesmo ainda havendo limites na forma como o jornal se posicionava frente a essas questões, como, por exemplo, a falta, ou quase ausência, do retratamento do movimento lésbico e suas pautas nas páginas do *Lampião*.